

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias em
31 de março de 2024

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	10
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	15
8	PARTES RELACIONADAS	17
9	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	20
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	20
11	INTANGÍVEL	21
12	ATIVOS DE CONTRATO	22
13	FORNECEDORES	22
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
15	DEBÊNTURES	25
16	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	26
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	29
18	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	32
19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
20	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35
21	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	36
22	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	37
23	RESULTADO FINANCEIRO	38
24	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	38
25	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
26	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	43
27	COMPROMISSOS FUTUROS	44
28	EVENTOS SUBSEQUENTES	44

Relatório de revisão do auditor independente

Aos
Diretores e Acionistas da
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Teresina - PI

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 15 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/03/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	166.250	175.555	Fornecedores	13	348.824	412.315
Aplicações financeiras	5	604.705	600.697	Fornecedores - Risco sacado	13.1	43.981	52.639
Contas a receber de clientes	6	777.897	802.762	Empréstimos e financiamentos	14	929.714	575.713
Almoxarifado		5.355	6.610	Debêntures	15	15.148	3.200
Serviços pedidos		120.189	123.422	Passivo de arrendamento		510	544
Impostos e contribuições a recuperar		64.183	64.283	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	3.780	9.639
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		45.374	35.216	Impostos e contribuições a recolher		96.870	113.356
Depósitos vinculados		189	189	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	16.3	5.667	2.871
Outros créditos a receber	9	97.844	130.632	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		10.370	9.014
Total do ativo circulante		1.881.986	1.939.366	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	31.874	33.062
				Contribuição de iluminação pública		18.250	20.096
Não circulante				Encargos setoriais		76.449	77.784
Aplicações financeiras	5	35	-	Participação nos lucros		13.800	22.385
Contas a receber de clientes	6	160.180	171.250	Provisões para riscos judiciais	17	59.063	58.654
Serviços pedidos		24.951	24.951	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	36.385	49.296
Impostos e contribuições a recuperar		88.751	84.546	Dividendos a pagar	8	55.509	55.531
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		3.877	3.877	Outras contas a pagar		162.465	148.770
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.1	433.260	439.007	Total do passivo circulante		1.908.659	1.644.869
Depósitos vinculados	17	31.291	21.210				
Outros créditos a receber	9	905	920	Não circulante			
Benefício pós-emprego	24	223	214	Empréstimos e financiamentos	14	2.159.409	2.466.669
Ativo financeiro da concessão	10	196.426	185.995	Debêntures	15	400.000	400.000
Investimentos		118	118	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	54.932	46.643
Intangível	11	2.629.373	2.600.764	Passivo de arrendamento		1.890	2.003
Ativos de contrato	12	499.949	445.041	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	74.728	83.245
Direito de uso		2.332	2.504	Impostos e contribuições a recolher		28	39
Total do ativo não circulante		4.071.671	3.980.397	Encargos setoriais		39.168	36.151
				Provisões para riscos judiciais	17	110.121	98.397
				Benefício pós-emprego	24	4.165	4.093
				Outras contas a pagar		41.412	42.737
				Total do passivo não circulante		2.885.853	3.179.977
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19.1	471.701	471.701
				Reserva de capital		15.234	14.716
				Ajuste de avaliação patrimonial		(138.192)	(137.084)
				Reservas de lucros		745.584	745.584
				Lucro acumulado		64.818	-
				Total do patrimônio líquido		1.159.145	1.094.917
Total do ativo		5.953.657	5.919.763	Total do passivo e patrimônio líquido		5.953.657	5.919.763

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita operacional líquida	20	798.466	779.084
Energia elétrica comprada para revenda	22	(333.675)	(332.629)
Custo de construção		(132.093)	(179.768)
Custo da operação		(82.692)	(56.811)
Custos de energia elétrica, construção e operação	21	(548.460)	(569.208)
Lucro bruto		250.006	209.876
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	21	(27.499)	(24.315)
Despesas gerais e administrativas	21	(20.364)	(22.698)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	21	(14.794)	(18.889)
Outras despesas operacionais, líquidas	21.1	(22.355)	(17.034)
Total de despesas operacionais		(85.012)	(82.936)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		164.994	126.940
Receitas financeiras	23	106.781	127.593
Despesas financeiras	23	(196.836)	(221.725)
Resultado financeiro, líquido		(90.055)	(94.132)
social		74.939	32.808
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.5	(4.785)	(8.475)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16.5	(5.336)	4.639
Impostos sobre o lucro		(10.121)	(3.836)
Lucro líquido do período		64.818	28.972

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do período	<u>64.818</u>	<u>28.972</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	(1.679)	(6.282)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	571	2.136
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>(1.108)</u>	<u>(4.146)</u>
Total resultados abrangentes	<u>63.710</u>	<u>24.826</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros									
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		375.981	12.105	(228.504)	8.660	52.060	101.418	499.375	5	-	821.100
Valor justo das opções de compra - vesting period	19.2	-	435	-	-	-	-	-	-	-	435
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	-	-	28.972	28.972
Resultado abrangente no período											
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	25.4			(6.282)	-	-	-	-	-	-	(6.282)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos		-	-	2.136	-	-	-	-	-	-	2.136
Saldos em 31 de março de 2023		375.981	12.540	(232.650)	8.660	52.060	101.418	499.375	5	28.972	846.361
Saldos em 31 de dezembro de 2023		471.701	14.716	(137.084)	9.634	62.098	91.671	464.375	117.806	-	1.094.917
Valor justo das opções de compra - vesting period	19.2	-	518	-	-	-	-	-	-	-	518
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	-	-	64.818	64.818
Resultado abrangente no período											-
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	25.4			(1.679)	-	-	-	-	-	-	(1.679)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	16.2	-	-	571	-	-	-	-	-	-	571
Saldos em 31 de março de 2024		471.701	15.234	(138.192)	9.634	62.098	91.671	464.375	117.806	64.818	1.159.145

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no período	64.818	28.972
Ajustes para:		
Amortização	38.086	22.432
Baixa de intangível	459	2.048
Atualização do ativo financeiro	(2.588)	(2.219)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	110.367	73.209
Provisão e atualização para riscos judiciais	4.808	5.804
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	14.794	18.889
Baixa de recebíveis incobráveis	7.027	7.738
Provisão e atualização de encargos setoriais	6.746	6.239
Perdas com instrumentos derivativos	(13.771)	27.536
Valor justo das opções de compra de ações - <i>Vesting period</i>	1.534	784
Valores a (receber) devolver de parcela A e outros itens financeiros	(2.850)	(65.280)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.785	8.475
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	5.336	(4.639)
Participação nos lucros	2.621	2.771
Plano de aposentadoria e pensão	63	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	3.662
Ajuste a valor presente	4.104	4.335
Rendimentos de aplicações financeiras	(20.108)	(25.594)
Provisão para perda de estoque	9.645	-
	235.876	115.162
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	15.653	(40.752)
Depósitos judiciais	(203)	100
Almoxarifado	1.255	4.945
Impostos e contribuições a recuperar	(4.105)	(20.573)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(10.158)	(10.894)
Outros créditos a receber	37.493	37.803
Fornecedores	(79.441)	9.333
Fornecedores - Risco sacado	(8.658)	(55.236)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(10.381)	(9.135)
Impostos e contribuições a recolher	(2.366)	64.230
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	(2.397)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	(2.960)	-
Contribuição de iluminação pública	(1.846)	802
Participação nos lucros	(11.206)	(9.592)
Encargos setoriais	(1.831)	2.705
Pagamento de processos judiciais	(2.553)	(3.510)
Plano de aposentadoria e pensão	-	54
Outras contas a pagar	6.630	15.248
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(74.677)	(16.869)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.260)	-
Juros pagos	(38.995)	(24.596)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	116.944	73.697
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(118.544)	(158.321)
Resgate de aplicações financeiras	16.065	153.116
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(102.479)	(5.205)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(23.601)	(6.689)
Dividendos pagos	(22)	(78.763)
Amortização do passivo de arrendamento	(147)	(170)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(23.770)	(85.622)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(9.305)	(17.130)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	175.555	423.919
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	166.250	406.789
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(9.305)	(17.130)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	1.138.172	1.038.321
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.794)	(18.889)
	<u>1.123.378</u>	<u>1.019.432</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(465.768)	(512.397)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(81.245)	(64.069)
Outras despesas	(23.456)	(18.687)
	<u>(570.469)</u>	<u>(595.153)</u>
Valor adicionado bruto	<u>552.909</u>	<u>424.279</u>
Amortização	<u>(38.086)</u>	<u>(22.432)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>514.823</u>	<u>401.847</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	109.769	129.487
	<u>109.769</u>	<u>129.487</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>624.592</u>	<u>531.334</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	8.705	13.205
Benefícios	2.310	2.721
FGTS	1.473	1.380
	<u>12.488</u>	<u>17.306</u>
Tributos		
Federais	163.257	124.409
Estaduais	186.419	138.211
Municipais	116	50
	<u>349.792</u>	<u>262.670</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	170.787	191.206
Aluguéis	658	661
Outras despesas financeiras	26.049	30.519
	<u>197.494</u>	<u>222.386</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do período	64.818	28.972
	<u>64.818</u>	<u>28.972</u>
Valor adicionado	<u>624.592</u>	<u>531.334</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Piauí”), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua João Cabral, nº 730, Centro Sul, na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial Energia S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.755 km²(*), atendendo, em 31 de março de 2024, 1.512.249(*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 04/2001 (Contrato de Concessão), firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobras (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 – ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial Energia S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

1.2 Mudança no controle acionário da Companhia

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí S.A., representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia, para a Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial Energia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição (“Acordo de Investimento”) no montante de aproximadamente R\$ 2.103.000. O aporte foi consumado neste dia, em 21 de março de 2023, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado (“Operação”).

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente divulgadas. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de maio de 2024.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolve a Companhia e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas informações intermediárias.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho da companhia. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 e está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações contábeis. A Companhia aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários à vista	19.709	24.256
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	88.407	86.640
Operações compromissadas	-	58.675
Fundo aberto (b)	58.134	5.984
Subtotal de equivalentes de caixa	146.541	151.299
Total	166.250	175.555

- (a) São considerados como Caixa e Equivalentes as aplicações diretas em CDBs, Operações Compromissadas e Poupança, além de CDBs e Operações Compromissadas investidos diretamente pelos fundos em que a Companhia investe. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Operações Compromissadas e Títulos Públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia, não constituindo em aplicações de médio ou longo prazos, nem estão sujeitos a significantes variações no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes conforme CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 31 de março de 2024, equivale a 101,27% do CDI (92,97% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras

	31/03/2024	31/12/2023
Circulante		
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	520.906	467.025
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	10.535	10.272
Fundo Aberto (c)	73.264	123.400
Total do circulante	604.705	600.697
Não circulante		
Recursos vinculados (d)	35	-
Total do não circulante	35	-
Total	604.740	600.697

- (a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 13.1 – Fornecedores – Risco sacado;
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Referem-se aos depósitos relacionados a garantia de fiel cumprimento de processos de microgeração e minigeração distribuída, conforme Resolução Normativa da Aneel Nº 1.059.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2024 equivale a 105,87% do CDI (101,71% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2024				31/12/2023			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	61.772	105.746	388.534	556.052	82.726	95.843	380.425	558.994
Industrial	13.611	1.763	23.995	39.369	15.353	2.270	24.141	41.764
Comercial	42.996	18.136	58.932	120.064	50.704	15.711	57.553	123.968
Rural	11.693	9.658	18.694	40.045	13.720	8.960	17.220	39.900
Poder público	25.320	11.886	17.518	54.724	26.358	10.091	16.041	52.490
Iluminação pública	9.473	1.416	9.814	20.703	10.683	1.361	9.695	21.739
Serviço público	10.870	7.940	14.571	33.381	14.123	5.671	13.029	32.823
Contas a receber de consumidores faturados	175.735	156.545	532.058	864.338	213.667	139.907	518.104	871.678
Residencial	109.839	11.354	117.509	238.702	120.211	9.568	114.316	244.095
Industrial	5.738	249	4.152	10.139	6.375	195	4.106	10.676
Comercial	13.992	1.309	22.779	38.080	16.016	1.056	22.665	39.737
Rural	5.303	678	7.197	13.178	5.710	564	7.175	13.449
Poder público	94.231	2.078	16.450	112.759	99.805	1.635	15.388	116.828
Iluminação pública	31.648	508	1.921	34.077	32.676	581	1.888	35.145
Serviço público	14.097	697	2.409	17.203	14.802	444	1.990	17.236
Parcelamentos (a)	274.848	16.873	172.417	464.138	295.595	14.043	167.528	477.166
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	107.030	-	-	107.030	112.988	-	-	112.988
Baixa renda (c)	36.623	-	-	36.623	32.945	-	-	32.945
Outras	34.153	-	-	34.153	32.680	-	-	32.680
Subtotal	628.389	173.418	704.475	1.506.282	687.875	153.950	685.632	1.527.457
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(43.092)	(22.688)	(502.425)	(568.205)	(46.896)	(19.273)	(487.276)	(553.445)
Total contas a receber clientes	585.297	150.730	202.050	938.077	640.979	134.677	198.356	974.012
Circulante				777.897				802.762
Não circulante				160.180				171.250

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de março de 2024, no montante de R\$ 109.968 (R\$ 111.473 em 31 de dezembro de 2023), resultando no reconhecimento de R\$ 1.505 no resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	<u>31/12/2023</u>	<u>(Provisões) / Reversões</u>	<u>Baixas (c)</u>	<u>31/03/2024</u>
Contas a receber de consumidores faturados	(365.067)	(15.561)	4.275	(376.353)
Parcelamentos	(169.733)	(3.946)	1.324	(172.355)
Contas a receber de consumidores não faturados	(2.316)	122	-	(2.194)
Outras (a)	<u>(16.329)</u>	<u>(1.055)</u>	<u>81</u>	<u>(17.303)</u>
Total (b)	<u><u>(553.445)</u></u>	<u><u>(20.440)</u></u>	<u><u>5.680</u></u>	<u><u>(568.205)</u></u>

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do período gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 14.760, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 21 – Custos do serviço e despesas operacionais; e
- (c) Valores referentes à reversão de PECLD dos títulos vencidos há mais de 10 anos, que foram baixados do contas a receber.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	31/03/2024
Parcela A							
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	4.142	5.674	(1.142)	189	-	-	8.863
PROINFRA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(8.322)	(691)	2.384	(207)	-	-	(6.836)
Rede básica (b)	39.242	4.966	(8.451)	954	-	-	36.711
Compra de energia CVA (c)	(84.739)	(27.755)	17.676	(2.260)	-	-	(97.078)
ESS – encargos do serviço do sistema	22.967	5.192	(4.639)	545	-	-	24.065
Repasse da Conta-Covid – Parcela A	12.675	-	-	-	-	-	12.675
	<u>(14.035)</u>	<u>(12.614)</u>	<u>5.828</u>	<u>(779)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.600)</u>
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (d)	21.758	(985)	(10.642)	(491)	-	-	9.640
Neutralidade (e)	(35.108)	7.023	6.720	(94)	-	-	(21.459)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(13.162)	(4.153)	3.233	(32)	-	-	(14.114)
Risco hidrológico (f)	(72.437)	-	(1.596)	(1.033)	-	-	(75.066)
Compensação créditos PIS/COFINS	10.941	-	10.481	(560)	-	(12.911)	7.951
Repasse da Conta-Covid – Parcela A	(23.406)	-	2.933	-	-	-	(20.473)
CDE Modicidade Tarifária (g)	(11.557)	-	2.947	(171)	-	-	(8.781)
Outros	57.301	(248)	259	(8)	(208)	-	57.096
	<u>(65.670)</u>	<u>1.637</u>	<u>14.335</u>	<u>(2.389)</u>	<u>(208)</u>	<u>(12.911)</u>	<u>(65.206)</u>
Total	<u>(79.705)</u>	<u>(10.977)</u>	<u>20.163</u>	<u>(3.168)</u>	<u>(208)</u>	<u>(12.911)</u>	<u>(86.806)</u>
Circulante							
Valores a receber	177.879						132.412
Valores a devolver	<u>(210.941)</u>						<u>(164.286)</u>
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	(33.062)						(31.874)
Não circulante							
Valores a receber	74.795						89.204
Valores a devolver	<u>(121.438)</u>						<u>(144.136)</u>
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	(46.643)						(54.932)
Efeito líquido total ativo (passivo)	<u>(79.705)</u>						<u>(86.806)</u>

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação Período findo em 31 de março de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição ativa da CVA de R\$ 5.674, devido o pagamento da cota mensal de CDE USO ser maior que o valor de cobertura tarifária conforme Revisão tarifária periódica (RTP) 2023, de acordo com a resolução homologatória nº 3.305 de 2024; (ii) o impacto negativo da amortização no período foi de R\$ 1.142;
- (b) O saldo da CVA Rede Básica foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva de R\$ 4.966, devido as despesas com esse item ter se realizado maior que o valor de cobertura tarifária, conforme RTP 2023; (ii) impacto negativo da amortização de R\$ 8.451;
- (c) O saldo da CVA de compra de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no período de R\$ 4.541, constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão cuja realização foi menor do que em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no período de R\$ 32.296, totalizando um movimento de constituição negativa de R\$ 27.755; (ii) o impacto positivo da amortização no período foi de R\$ 17.676;
- (d) Em relação a constituição, observa-se passivo de R\$ 985, que é resultante principalmente da movimentação negativa referente à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R\$ 61,24/MWh, inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora, de R\$ 239,52/MWh. O impacto da amortização negativa do componente financeiro desse item, para o período, foi de R\$ 10.642;
- (e) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse período foi constituído o montante positivo de R\$ 7.023. O impacto positivo da amortização do componente financeiro desse item para o período foi de R\$ 6.720;
- (f) Refere-se ao reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada e uma amortização negativa de R\$ 1.596; e
- (g) Refere-se ao valor aportado pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da CDE. Não houve constituição no período e a amortização positiva de R\$ 2.947.

A cada cinco anos, no mês de dezembro, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualização da Parcela B. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.292, de 28 de novembro de 2023, foram reajustadas, em média, 14,70% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.803 (R\$ 10.934 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 3 ((R\$ 18) em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 1.799 (R\$ 10.952 em 31 de dezembro de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		31/03/2024		31/12/2023	31/03/2023
		Ativo	Efeito no	Ativo	Efeito no
		(passivo)	resultado receita	(passivo)	resultado
Companhias	Notas		(despesa)		receita
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	5.773	-	5.160
Total		-	5.773	-	5.160
Outros créditos a receber – (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	555	-	439	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	53	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	110	-	7	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	961	-	509	1.149
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	-	-	231	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	654	-	2.811	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(c)	145	49	95	-
Total		2.425	49	4.145	1.149
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	956	956	1.007	1.115
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.277	1.472	2.887	1.553
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	375	375	421	466
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	101	101	78	86
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	606	606	573	635
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	8	8	9	10
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	8	8	9	10
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	12	12	14	14
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	20	20	22	23
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	9	9	10	10
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	10	10	11	12
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	10	10	12	12
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	15	15	16	16
Integração Transmissora de Energia S.A.- INTESA	(d)	-	-	15	16
Total		3.407	3.602	5.084	3.978
Fornecedores					
Controladora Indireta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	-	-	(1.272)	-
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(49)	-	(1.171)	(149)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	-	-	(232)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(51)	-	(33)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(f)	-	-	(198)	-
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(f)	-	-	(476)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(f)	-	-	(456)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(g)	(417)	(1.117)	(1.220)	(896)
Equatorial Serviços S.A.	(h)	(5.603)	(5.572)	(6.576)	(3.351)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(i)	-	(24)	(6.587)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	(71)	(160)	(68)	(155)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	(65)	(145)	(62)	(140)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	(96)	(215)	(95)	(196)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	(168)	(378)	(162)	(370)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	(78)	(176)	(75)	(170)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	(97)	(218)	(93)	(209)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(j)	(66)	(144)	(60)	(149)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	(114)	(255)	(107)	(231)
Integração Transmissora de Energia S.A.- INTESA	(j)	-	-	(67)	(273)
Total		(6.875)	(8.404)	(19.010)	(6.289)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Distribuição S.A.		(52.696)		(52.696)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Minoritários		(2.813)		(2.835)	-
Total		(55.509)		(55.531)	-

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

		31/03/2024		31/12/2023	31/03/2023
		Ativo	Efeito no	Ativo	Efeito no
		(passivo)	resultado receita	(passivo)	resultado
			(despesa)		receita
					(despesa)
Companhias	Notas				
Outras contas a pagar					
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(k)	(8.681)	(4.032)	(4.649)	(5.025)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(6.094)	(4.798)	(7.245)	(4.873)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.807)	(1.807)	(836)	(2.281)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(729)	(729)	(717)	(1.087)
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	(166)	(166)	(168)	(39)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	(625)	(625)	(856)	(1.238)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	(4)	(4)	(4)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	(10)	(10)	(8)	(8)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	(1)	(1)	(2)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	(154)	(154)	(169)	(31)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	(4)	(4)	(5)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	(1)	(1)	(2)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	(8)	(8)	(11)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	(7)	(7)	(8)	-
Integração Transmissora de Energia S.A.- INTESA	(d)	-	-	(32)	(5)
Total		(18.291)	(12.346)	(14.712)	(14.587)
Investimentos em serviço (bens em comodato)					
		31/03/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(m)	2.556	(2.556)	2.556	(2.556)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(n)	-	-	168	(168)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(o)	662	(662)	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(p)	118	(118)	118	(118)
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(l)	251	(251)	-	-
Total		3.587	(3.587)	2.842	(2.842)

- (a) Os valores com a Equatorial Maranhão são provenientes do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Piauí pelos municípios do Estado do Maranhão;
- (b) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-nova Geração Distribuída S.A como arrendatária.
- (d) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (e) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021.
- (f) Os valores são provenientes da compra de bens para o ativo imobilizado que está relacionado à atividade fim da Equatorial Piauí;
- (g) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (h) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (i) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (j) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (k) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Piauí Distribuidora S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (l) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A para à Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.
- (m) Relação de ativos cedidos em comodato, da Companhia para a Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A., de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (n) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A para a Companhia, de forma não onerosa pelo prazo de 04 (quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, no período findo em 31 de março de 2024 os ativos foram devolvidos;
- (o) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A. para à Equatorial Alagoas Distribuição de Energia S.A de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (p) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A para Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; e

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 16.100, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024 (R\$ 15.000, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2023).

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 24 – Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada) e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de período das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados nas notas explicativas nº 19.2 e 19.3 – Plano de opção de compra de ações e Plano de outorga de “*phantom shares*”, respectivamente.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2024:

	31/03/2024	%
Remuneração fixa anual	1.211	34%
Salário ou Pró-labore	1.118	32%
Benefícios diretos e indiretos	93	2%
Benefício pós emprego	21	1%
Remuneração baseada em ações	2.309	65%
Valor total da remuneração	3.541	100%

8.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Equatorial Piauí, presta garantia como avalista ou fiadora para esta com ônus^(*), nos contratos de empréstimos e financiamentos, e sem ônus nas apólice de seguros, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2024 (a)
BNDES 18/19/20	403.066	100	23/12/2019	15/10/2039	380.000	440.673
BNDES 21/22/23	643.031	100	28/01/2021	15/05/2040	643.031	708.479
Scotiabank 300MM	300.000	100	26/04/2021	27/04/2026	300.000	269.674
Santander 200MM	200.000	100	30/10/2020	09/10/2024	200.000	211.613
Apólice de seguros	134.014	100	01/11/2018	13/07/2028	N/A	N/A
Total	1.680.111				1.523.031	1.630.439

(a) Os valores atualizados dos empréstimos e financiamentos, estão líquidos do custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Outros créditos a receber

	31/03/2024	31/12/2023
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	3.600	3.365
Adiantamento a fornecedores	3.493	3.656
Subvenção descontos tarifários (a)	12.488	26.493
Sobras físicas (b)	-	21.762
Uso mútuo de poste	3.949	3.950
PECLD de uso mútuo de poste	(2.458)	(2.423)
Incentivo à redução de consumo (c)	561	563
Geração distribuída (d)	46.257	41.533
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	5.832	9.229
Outros créditos a receber	24.122	22.504
Total circulante	97.844	130.632
Não circulante		
Outros créditos a receber	905	920
Total não circulante	905	920
Total outros créditos a receber	98.749	131.552

- (a) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução Nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. Os valores contemplam o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta Resolução;
- (b) Refere-se ao reposicionamento tarifário previsto no respectivo Contrato de Concessão da Concessionária através do reconhecimento de sobras físicas. A Nota Técnica 210/2020 diz que os recebimentos do valor se darão em parcelas mensais, pagas no prazo de até três anos. No período findo em 31 de março de 2024, o valor foi totalmente recebido;
- (c) Para incentivar os consumidores a observar o desperdício de energia elétrica e diminuir o consumo, o Governo Federal lançou um programa que dará descontos para àqueles que reduzirem, voluntariamente, os gastos com energia. É o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, criado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, que entrou em vigor em 1º de setembro de 2021, com o objetivo de incentivar os clientes/consumidores a economizarem energia; e
- (d) Corresponde as atualizações nas modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD).

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao Ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência – Ativos de contrato (b)	31/03/2024
Ativo financeiro	541.817	2.588	7.843	552.248
Obrigações especiais	(355.822)	-	-	(355.822)
Total ativo financeiro da concessão	185.995	2.588	7.843	196.426

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		31/03/2024			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,15%	4.658.027	(1.397.168)	(631.486)	2.629.373
Total		4.658.027	(1.397.168)	(631.486)	2.629.373

		31/12/2023			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,17%	4.579.825	(1.348.942)	(630.119)	2.600.764
Total		4.579.825	(1.348.942)	(630.119)	2.600.764

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até outubro de 2048, conforme ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.

11.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2023	Adições	Baixas (a)	Transferência de ativos de contrato (b)	31/03/2024
Em serviço	4.579.825	-	(3.117)	81.319	4.658.027
(-) Amortização	(1.348.942)	(50.910)	2.684	-	(1.397.168)
Total em serviço	3.230.883	(50.910)	(433)	81.319	3.260.859
Obrigações especiais em serviço (c)	(1.021.191)	-	-	(14.337)	(1.035.528)
(-) Amortização	391.072	12.970	-	-	404.042
Total em obrigações especiais	(630.119)	12.970	-	(14.337)	(631.486)
Total	2.600.764	(37.940)	(433)	66.982	2.629.373

- (a) Valores correspondem às baixas por perda de bens integrantes do ativo imobilizado entre as quais destacamos: baixa de medidores; transformadores e religadores de distribuição;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A Companhia avaliou e verificou que o valor contábil dos bens não excede seu valor recuperável para o período findo em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Transferências (c)			
	31/12/2023	Adições (b)	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em curso	590.038	132.093	(81.319)	(7.843)
Obrigações especiais (a)	(144.997)	(2.360)	14.337	-
Total ativos de contrato	445.041	129.733	(66.982)	(7.843)

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) O montante de R\$ 129.733 refere-se às adições líquidas de ativo contratual reconhecidas no período, onde R\$ 118.544 impactou o caixa da Companhia, R\$ 6.072 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 11.737 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 3.025 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos e R\$ 9.645 refere-se a provisão para perda de estoque. Ver informações na nota explicativa nº 26 – Demonstração dos fluxos de caixa; e
- (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

13 Fornecedores

	31/03/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica (a)	120.390	147.852
Encargos de uso da rede elétrica	43.268	39.255
Materiais e serviços (b)	151.715	180.283
Repasse de energia livre	26.314	25.653
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	6.875	19.010
Outros	262	262
Total fornecedores	348.824	412.315

- (a) O saldo de 31 de março de 2024 teve uma redução em relação a 31 de dezembro de 2023, devido aos menores custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD, além de rescisões de contratos antigos de Compra de Energia; e
- (b) A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços atinentes ao custeio operacional e investimentos realizados na infraestrutura da área concessão da Companhia realizada no decorrer do período. A variação do período refere-se principalmente, aos serviços técnico-comerciais.

13.1 Fornecedores – Risco sacado

A Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiu apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota explicativa nº 13) os valores relacionados às operações de risco sacado, apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente através de um FIDC), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre a instituição financeira e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou R\$ 43.981 e R\$ 52.639, respectivamente, em valores de fornecedores – risco sacado, os quais possuem prazo médio de liquidação de 77 dias.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

			31/03/2024		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,77%	Aval/Fiança	2.588	267.086	269.674
Santander (a)	CDI + 1,62%	N/A	658	140.518	141.176
Bank of America (a)	CDI + 1,25% a 1,38%	N/A	612.660	-	612.660
Total moeda estrangeira US\$			615.906	407.604	1.023.510
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	73.876	1.075.309	1.149.185
Santander S.A.	CDI + 1,65%	Aval/Fiança	211.613	-	211.613
CCEE	5,00%	Recebíveis	26.755	1.078.063	1.104.818
China Construction Bank	CDI + 0,97%	N/A	1.566	150.000	151.566
Subtotal			313.810	2.303.372	2.617.182
(-) Ajuste a valor presente – AVP (b)			-	(551.536)	(551.536)
(-) Custo de captação			(2)	(31)	(33)
Total moeda nacional			313.808	1.751.805	2.065.613
Total empréstimos e financiamentos			929.714	2.159.409	3.089.123
			31/12/2023		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank	CDI + 1,77%	Aval/Fiança	1.044	259.355	260.399
Santander	CDI + 1,62%	N/A	591	136.451	137.042
Bank of America	CDI + 1,25% a 1,38%	N/A	244.703	338.274	582.977
Total moeda estrangeira US\$			246.338	734.080	980.418
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	72.788	1.076.777	1.149.565
Santander S.A.	CDI + 1,65%	Aval/Fiança	205.385	-	205.385
CCEE	5,00%	Recebíveis	44.601	1.062.989	1.107.590
China Construction Bank	CDI + 0,97%	N/A	6.603	150.000	156.603
Subtotal			329.377	2.289.766	2.619.143
(-) Ajuste a valor presente – AVP			-	(557.145)	(557.145)
(-) Custo de captação			(2)	(32)	(34)
Total moeda nacional			329.375	1.732.589	2.061.964
Total empréstimos e financiamentos			575.713	2.466.669	3.042.382

(a) Considera-se no custo da dívida do Scotiabank, Santander e Bank of America, o custo da ponta passiva do swap, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos; e

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida cujos juros foram repactuados para 5% a.a. A Companhia reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia. Em 31 de março de 2024 o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 551.536 (R\$ 557.145 em 31 de dezembro de 2023).

14.2 Movimentação de Empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	329.375	1.732.589	246.338	734.080	3.042.382
Encargos	38.681	-	14.800	(132)	53.349
Variação monetária e cambial	3.635	13.824	18.768	11.798	48.025
Transferências	(5.392)	5.392	338.142	(338.142)	-
Amortizações de principal	(23.601)	-	-	-	(23.601)
Pagamentos de juros	(34.500)	-	(2.142)	-	(36.642)
Ajuste a valor presente	5.609	-	-	-	5.609
Custo de captação (a)	1	-	-	-	1
SalDOS em 31 de março de 2024	313.808	1.751.805	615.906	407.604	3.089.123

- (a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2024	
	Valor	%
Circulante	929.714	30%
2025	206.132	7%
2026	521.929	17%
2027	99.162	3%
2028	100.521	3%
Até 2048	1.783.232	58%
Subtotal	2.710.976	88%
Ajuste a valor presente (não circulante)	(551.536)	(18%)
Custo de captação (não circulante)	(31)	0%
Não circulante	2.159.409	70%
Total	3.089.123	100%

14.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* (apurados na Companhia, no caso empréstimo com Santander CCB nº1051378 e *Bank of America* na sua fiadora e controladora final, Equatorial Energia S.A., os empréstimos com o *Scotiabank* e Santander CCB nº 4143382) cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

Santander
3,4

Bank of America
3,4

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

Santander
3,3

Scotiabank
3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, pela controladora final e conforme descritas na nota explicativa nº 15.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todas as obrigações estipuladas nos contratos.

15 Debêntures

15.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.200	400.000	403.200
Encargos	11.948	-	11.948
Saldos em 31 de março de 2024	15.148	400.000	415.148

15.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	31/03/2024		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª	(1)/(3)/(4)	N/A	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	15.148	400.000	415.148

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie Quirografia

15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	31/03/2024	
	Valor	%
Circulante	15.148	4%
2026	400.000	96%
Não circulante	400.000	96%
Total debêntures	415.148	100%

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

15.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas possuem *covenants* não financeiros e financeiros, apurados na Companhia, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Covenants debentures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

1ª emissão debêntures

3,4

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimentos de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

16 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de março de 2024, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão.

Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

	31/03/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	344.858	349.001
Base negativa	102.583	104.893
	447.441	453.894
Diferenças temporárias (ativo):		
Provisão para riscos judiciais	57.448	53.273
Receitas – CPC 47	1.145	948
Swap	26.693	31.581
Provisão para participação nos lucros	5.660	8.936
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	23	15
Provisões atuariais	52.920	52.898
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	38.868
Outras provisões	7.591	6.984
Total	190.348	193.503
Diferenças temporárias (passivo):		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(16.598)	(19.745)
Ajuste a valor presente	(177.378)	(178.972)
Atualização do ativo financeiro VNR	(10.553)	(9.673)
Total	(204.529)	(208.390)
Total tributo diferido ativo (passivo)	433.260	439.007

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	Resultado do período	Resultado abrangente	31/03/2024			
				Baixas (a)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	349.001	(3.420)	-	(723)	344.858	344.858	-
Base negativa	104.893	(2.051)	-	(259)	102.583	102.583	-
Provisão para riscos judiciais	53.273	4.175	-	-	57.448	57.448	-
PECLD	(19.745)	3.147	-	-	(16.598)	-	(16.598)
Ajuste a valor presente	(178.972)	1.594	-	-	(177.378)	-	(177.378)
Atualização do ativo financeiro VNR	(9.673)	(880)	-	-	(10.553)	-	(10.553)
Provisão atuariais	52.898	22	-	-	52.920	52.920	-
Provisão para participação nos lucros	8.936	(3.276)	-	-	5.660	5.660	-
Variação Swap	31.581	(5.459)	571	-	26.693	26.693	-
Receitas/Custos - CPC 47	948	197	-	-	1.145	1.145	-
Arrendamentos - CPC 06	15	8	-	-	23	23	-
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	-	-	-	38.868	38.868	-
Outras provisões não dedutíveis	6.984	607	-	-	7.591	7.591	-
Total	439.007	(5.336)	571	(982)	433.260	637.789	(204.529)

(a) Foram realizadas baixas no diferido de prejuízo fiscal e base negativa CSLL, referente ao pagamento parcial de parcelamento de PIS e COFINS decorrente da adesão à autorregularização incentivada, conforme prevê a Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023.

16.3 Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.871</u>
IRPJ e CSLL correntes do período	4.785
Pagamentos de IRPJ e CSLL	(5.260)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	<u>3.271</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>5.667</u>

16.4 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar (*)	<u>265.261</u>	<u>84.971</u>	<u>96.471</u>	<u>110.299</u>	<u>80.787</u>	<u>637.789</u>

Em 31 de março de 2024, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 637.789 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, que correspondem a R\$ 344.858, R\$ 102.583 e R\$ 190.348, respectivamente.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16.5 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2024		31/03/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	74.939	74.939	32.808	32.808
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	18.735	6.745	8.202	2.953
Adições:				
Provisão para riscos judiciais	4.022	1.448	1.760	633
PECLD	3.809	1.371	954	343
Custos de construção - CPC 47	256	92	61	22
Ajuste a valor presente	1.406	506	1.405	506
Variação Swap	-	-	8.455	3.044
Arrendamentos – CPC06 (R2)	6	2	42	15
Provisões atuariais	16	6	14	5
Outras provisões não dedutíveis	2.175	783	-	-
Outras provisões permanentes	907	9	1.071	287
Total adições	12.597	4.217	13.762	4.855
Exclusões:				
Reversão de provisão para riscos judiciais	(952)	(343)	(1.186)	(427)
Reversão de PECLD	(1.495)	(538)	-	-
Receitas de construção - CPC 47	(111)	(40)	(117)	(42)
Ajuste a valor presente	(234)	(84)	(316)	(114)
Variação Swap	(4.014)	(1.445)	-	-
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(647)	(233)	(555)	(200)
Provisão para participação nos lucros	(2.409)	(867)	(1.657)	(596)
Arrendamentos – CPC06 (R2)	-	-	(46)	(16)
Outras exclusões não dedutíveis	(1.859)	(492)	-	-
Outras exclusões permanentes	(239)	(84)	-	-
Total exclusões	(11.960)	(4.126)	(3.877)	(1.395)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(3.420)	(2.051)	(5.426)	(1.924)
Incentivo PAT	(266)	-	(71)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(7)	-	(2)	-
Total compensações	(3.693)	(2.051)	(5.499)	(1.924)
IRPJ subvenção governamental	(15.679)	-	(8.602)	-
Total outras deduções	(15.679)	-	(8.602)	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	-	(4.785)	(3.986)	(4.489)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	(3.451)	(1.885)	3.387	1.252
IRPJ e CSLL no resultado do período	(3.451)	(6.670)	(599)	(3.237)
Alíquota efetiva	5%	9%	2%	10%

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	111.869	7.218	110.443	7.200
Fiscais	17.018	9.878	6.940	-
Trabalhistas	40.297	14.384	39.668	14.199
Total	169.184	31.480	157.051	21.399
Circulante (a)	59.063	189	58.654	189
Não circulante	110.121	31.291	98.397	21.210

(a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

17.1 Movimentação no período

	31/12/2023	31/03/2024				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	110.443	2.122	(1.993)	(1.025)	2.322	111.869
Tributárias	6.940	9.878	-	-	200	17.018
Trabalhistas	39.668	234	(560)	(230)	1.185	40.297
Total contingências	157.051	12.234	(2.553)	(1.255)	3.707	169.184

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa SELIC.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 31 de março de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	31/03/2024	31/12/2023
Cíveis	341.198	329.267
Fiscais	5.595	5.475
Trabalhistas	93.774	93.597
Total	440.567	428.339

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

17.2 Cíveis

A Companhia figura como ré em 7.652 processos cíveis em 31 de março de 2024 (7.832 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo que 2.950 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Ações cíveis nas quais são requeridas indenizações por danos morais, materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, e rescisão de contratos com fornecedores, tem provisão constituída no montante de R\$ 111.869 (R\$ 110.443 em 31 de dezembro de 2023). Dentre esses processos classificados como prováveis citados acima, os mais relevantes são:

Processo nº 0013909-85.2012.8.18.0140 que tem como objeto a ocorrência de incêndio em decorrência de desligamento, supostamente “abrupto”, de sua unidade consumidora em 21 de dezembro de 2011 e, em razão disso, requer o pagamento de indenização a título de danos materiais e lucros cessantes, no montante de R\$ 5.435 (R\$ 5.265 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo encontra-se pendente de análise do recurso da Distribuidora de Agravos em Recurso Especial e do pedido realizado pela Equatorial Piauí no cumprimento provisório de sentença de compensação do valor executado com débito da exequente; e

Processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140 em que tem como autor o Município de Água Branca e outros e como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R\$ 51.413 (R\$ 50.428 em 31 de dezembro de 2023), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em instrução.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cujas possibilidades de perda, em 31 de março de 2024, são avaliadas pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 341.198 (R\$ 329.266 em 31 de dezembro de 2023). Dentre esses processos destacam-se:

Processo nº 0000196-96.2001.4.01.4000, tem como autor Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e como objeto suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R\$ 21.564 (R\$ 21.145 em 31 de dezembro de 2023); e

Processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, tem como autor SINTEPI - Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Piauí e como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 213.701 (R\$ 208.260 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo encontra-se concluso para julgamento.

17.3 Fiscais

A Companhia figura como ré em 167 processos fiscais em 31 de março de 2024 (162 processos em 31 de dezembro de 2023), dentre estes, tem provisão constituída no montante de R\$ 17.018 (R\$ 6.940 em 31 de dezembro de 2023), dentre eles, destacam-se:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Processo nº 0020659-98.2015.8.18.0140, trata-se de ação cautelar de arresto proposta pelo Estado do Piauí face a ausência de repasse do ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica. A sentença pôs termo à ação cautelar e condenou a empresa ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 3% do valor do proveito econômico, que consiste em um valor de R\$ 2.421. Foi interposta apelação, quanto à condenação dos honorários, que teve seu provimento negado. Oposto embargos, os quais foram improvidos. Recurso Especial interposto e não conhecido. Atualmente o processo está em fase de Agravo Interno proposto pela Companhia. Com valor provisionado de R\$ 3.761 (R\$ 3.654 em 31 de dezembro de 2023)

Processo nº 0001358-67.2017.4.01.4000, trata-se de ação anulatória proposta pela Companhia visando o cancelamento de autuação, de onde se extraía débitos tributários de IRPJ/CSLL incidentes sobre perdas técnicas e não técnicas ocorridas no sistema de distribuição elétrica. Com valor provisionado de R\$ 1.872 (R\$ 1.822 em 31 de dezembro de 2023). A empresa requereu a desistência da ação para usufruir do PERT. Ocorre que, ao homologar a desistência da demanda, o juiz determinou que a empresa pagasse honorários advocatícios fixados em 3% sobre o valor da causa, de acordo com o art. 85, § 3º, do CPC. Foi interposta apelação em face da condenação dos honorários, e encontra-se conclusa para julgamento.

A Companhia realizou um depósito judicial referente aos valores de PIS/COFINS devidos pela apuração referente a fevereiro de 2024, no valor de R\$ 9.878. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Além dos processos destacados acima, existem outros, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 5.595 em 31 de março de 2024 (R\$ 5.475 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Débito Tributário e ICMS.

17.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de março de 2024 é composto por 1.050 reclamações ajuizadas (1.112 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 40.297 (R\$ 39.668 em 31 de dezembro de 2023), dentre os processos mais relevantes destacam-se as ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, plano de cargos e salários, verbas rescisórias, desligamento voluntário e diferença salarial. Dentre esses processos citados acima, os mais relevantes são:

Processo nº 0051200-02.2006.5.22.0001, tem como autor SINTEPI - Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Piauí e como objeto implementação de promoções da Plano de Cargo de 2005 da então Cepisa. Atualmente resta apenas a discussão dos valores devidos a título de Previdência, no montante de R\$ 2.521 (R\$ 2.496 em 31 de dezembro de 2023), já quitada a execução dos substituídos;

Processo nº 0000864-61.2015.5.22.0103, tem como objeto equiparação salarial, natureza salarial do auxílio alimentação, hora extra e diferenças de verbas do PDV, no montante de R\$ 1.839 (R\$ 1.811 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está em fase de liquidação.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de março de 2024, é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 93.774 (R\$ 93.597 em 31 de dezembro de 2023). Dentre esses processos citados acima, os mais relevantes são:

Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI e como objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobras – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 52.643 (R\$ 51.833 em 31 de dezembro de 2023);

Processo nº 0001992-20.2018.5.22.0004 que tem como autor o Ministério Público do Trabalho e como objeto o pedido de anulação das demissões após a privatização e como pedido subsidiário a extensão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os empregados que foram demitidos sem justa causa e os que pediram demissão até o início da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 e dano moral coletivo, no montante de R\$ 6.090 (R\$ 5.959 em 31 de dezembro de 2023); e

Processo nº 0000510-40.2023.5.22.0108 (Doença Ocupacional), que tem como objeto pedido indenizatório em virtude de suposta incapacidade por doença ocupacional, no montante de R\$ 2.394 (R\$ 2.349 em 31 de dezembro de 2023).

18 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) esta data; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

A partir de 2018 a Companhia constituiu saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

No período findo em 31 de março de 2024, ocorreu apenas amortização do passivo, via CVA de R\$ 12.911.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos estão demonstrados abaixo:

	31/03/2024	31/12/2023
Passivo		
Circulante	36.385	49.296
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	36.385	49.296

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000, e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 471.701 (R\$ 471.701 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a um total de 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentos e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2024			
Acionistas (a)	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.325.250	58.825.642	1.312.150.892	94,93%
Minoritários	66.280.951	3.711.037	69.991.988	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100,00%

Para o período findo em 31 de março de 2024 não houve mudança na composição acionária comparada ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

19.2 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas na nota explicativa nº 21.3 – Planos de opção de compra de ações, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio do período de cada lote.

	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do período	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício
	31/03/2024	31/03/2024	31/12/2023	31/12/2023
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	2.210.000	-	1.985.000	-
Encerradas durante período/exercício	(1.610.000)	-	-	-
Outorgadas durante período/exercício	-	-	225.000	27,85
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	-	-	1.610.000	18,62
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	325.000	23,90	325.000	23,90
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	25.000	23,00	25.000	23,28
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	25.000	23,27	25.000	23,27
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	150.000	26,38	150.000	26,38
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	75.000	30,79	75.000	30,79
Existentes ao fim do período/exercício	600.000	-	2.210.000	-

A despesa reconhecida no período findo em 31 de março de 2024 foi de R\$ 518 para a Companhia, (R\$ 435 em 31 de março de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

19.3 Plano de outorga de “Phantom Shares”

a) Forma de cálculo da despesa do programa - Contrato 2019

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do período	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
	31/03/2024	31/03/2024	31/12/2023	31/12/2023
Em ações				
Existentes em 1º de janeiro	210.000	32,73	100.000	24,77
Outorgadas durante o período/exercício (a)	15.000	-	110.000	32,73
Existentes ao fim do período/exercício	225.000	34,25	210.000	32,73

(a) Tratam-se transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Equatorial Goiás, CEEE-D e a controladora indireta Equatorial Energia.

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” no período findo em 31 de março de 2024 foi de R\$ 1.456 (R\$ 349 em 31 de março de 2023) e refere-se ao valor justo ponderado do preço é avaliado em cada data-base.

b) Forma de cálculo da despesa do programa – Contrato Phantom 2023

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do período	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
	31/03/2024	31/03/2024	31/12/2023	31/12/2023
Em ações				
Existentes em 1º de janeiro	124.950	33,28	-	-
Outorgadas durante o período/exercício (a)	22.395	34,25	124.950	-
Existentes ao fim do período/exercício	147.345	34,25	124.950	33,28

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Tratam-se transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí.

Reconhecida reversão de valores previamente provisionados para o plano de “*Phantom shares*” no período findo em 31 de março de 2024 foi de R\$ 440 (R\$ 0 em 31 de março de 2023), e o valor justo ponderado do preço é avaliado em cada data-base.

20 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	31/03/2024	31/03/2023
Receita de distribuição (a)	900.422	716.148
Remuneração financeira WACC (b)	2.411	1.943
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	9.186	65.766
Subvenção CDE – Outros	16.891	13.530
Fornecimento de energia elétrica	928.910	797.387
Suprimento de energia elétrica	4.550	11.032
Receita pela disponibilidade - uso da rede	35.107	29.496
Receita de construção – nota explicativa nº 24 (d)	132.093	179.768
Atualização do ativo financeiro	2.588	2.219
Outras receitas	34.924	18.419
Receita operacional bruta	1.138.172	1.038.321
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(186.419)	(138.211)
PIS e COFINS	(70.159)	(59.538)
Encargos do consumidor	(7.668)	(6.625)
ISS	(116)	(50)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(68.209)	(48.820)
Penalidades DIC/FIC e outras	(7.135)	(5.993)
Deduções da receita operacional	(339.706)	(259.237)
Total	798.466	779.084

- (a) Um dos fatores para o aumento da receita de distribuição, deve-se ao aumento do consumo devido a questões climáticas no estado do Piauí. Teresina, capital do estado, representa 41% do consumo, onde a temperatura máxima média do ano apresentou a variação de 1,2°C resultando em 3,7% de aumento e choveu 31% a menos que no ano anterior, o causador principal foi o fenômeno *El Niño*;
- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (c) A variação negativa de R\$ 56.580 dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 21.789 em relação ao período anterior; (ii) efeito negativo da CVA da Bandeira Faturada de R\$ 32; (iii) variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ 1.993 ; (iv) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste foram superiores aos custos efetivamente pagos, gerando variação negativa de Parcela A de R\$ 37.586 e; (v) variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora, no montante de R\$ 834; e
- (d) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias

Período findo em 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

21 Custo do serviço e despesas operacionais

	31/03/2024					31/03/2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(4.706)	(4.208)	(7.686)	-	(16.600)	(4.929)	(4.213)	(11.860)	-	(21.002)
Material	(1.468)	(1.590)	903	-	(2.155)	(1.214)	(1.051)	(226)	-	(2.491)
Serviços de terceiros	(43.870)	(21.011)	(7.024)	-	(71.905)	(31.705)	(18.431)	(5.518)	-	(55.654)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(333.675)	-	-	-	(333.675)	(332.629)	-	-	-	(332.629)
Custo de construção	(132.093)	-	-	-	(132.093)	(179.768)	-	-	-	(179.768)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 6.2 (b)	-	-	-	(14.760)	(14.760)	-	-	-	(18.889)	(18.889)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(1.101)	-	(1.101)	-	-	(1.653)	-	(1.653)
Depreciação e amortização	(32.755)	-	(5.331)	-	(38.086)	(19.078)	-	(3.354)	-	(22.432)
Outros	107	(690)	(125)	(34)	(742)	115	(620)	(87)	-	(592)
Total	(548.460)	(27.499)	(20.364)	(14.794)	(611.117)	(569.208)	(24.315)	(22.698)	(18.889)	(635.110)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 22 – Energia elétrica comprada para revenda; e

(b) Para maior detalhamento referente a variação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, consultar nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

21.1 Outras receitas (despesas) operacionais

	31/03/2024	31/03/2023
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	462	1
Total de outras receitas operacionais	462	-
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(3.844)	(15.865)
Indenização por danos a terceiros	(308)	(415)
Provisão para perda de estoque	(9.645)	-
Baixa de recebíveis incobráveis	(7.027)	-
Outras despesas operacionais	(1.993)	(755)
Total de outras despesas operacionais	(22.817)	(17.034)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(22.355)	(17.034)

22 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2024		31/03/2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	856	(177.228)	846	(187.895)
Contratos Eletronuclear	37	(12.026)	35	(11.497)
Contratos cotas de garantias (b)	165	(35.909)	187	(33.290)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(25.514)	-	(25.558)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(11.884)	-	(15.753)
Programa incentivo fontes alternativas energia (PROINFA)	18	(8.497)	19	(9.189)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	33.183	-	28.890
Outros	-	(4.724)	-	-
Subtotal	1.076	(242.599)	1.087	(254.292)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(91.076)	-	(78.337)
Total	1.076	(333.675)	1.087	(332.629)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes reduções de volume contratado em 1,01% em relação ao período anterior, acrescido de atualizações dos preços médios de pagamento que sofreram variação negativa de 6%;
- (b) A variação refere-se às despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física decorrentes de aumento dos preços médios de pagamentos em 22% em relação ao período anterior, acrescido de aumento das despesas liquidadas no Mercado de Curto Prazo referente ao Efeito do Contratação de Cotas de Garantia Física (CCGF);
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 3.869, em virtude da diminuição das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2023; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) Não revisado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Resultado financeiro

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras (a)	20.108	25.594
Valores a receber/devolver parcela A	1.702	3.772
Receita financeira de AVP (d)	1.505	1.264
Variação monetária e cambial da dívida (b)	-	41.566
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	74.261	45.926
Acréscimo moratório de energia vendida	10.913	8.544
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.988)	(1.893)
Outras receitas financeiras	1.280	2.820
Total de receitas financeiras	106.781	127.593
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(4.870)	(4.256)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(60.490)	(76.444)
Despesa financeira de AVP (d)	(5.609)	(5.619)
Encargos da dívida	(62.273)	(63.648)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(48.025)	(51.115)
Atualização de eficiência e contingências	(3.707)	(4.523)
Juros, multas s/ operação de energia	(694)	(1.037)
Descontos concedidos	(5.233)	(7.253)
Outras despesas financeiras	(5.935)	(7.830)
Total de despesas financeiras	(196.836)	(221.725)
Resultado financeiro líquido	(90.055)	(94.132)

- (a) A redução nos rendimentos de aplicações financeiras ocorreu devido à queda na taxa do CDI. Até março de 2023, o CDI acumulado era de 3,25%, enquanto até março de 2024, encerrou em 2,62%;
- (b) No período até março de 2023, a variação líquida nas linhas de variação monetária e cambial da dívida registrou despesa, influenciada pela desvalorização do dólar em 2,63% em relação ao real, combinada com a variação acumulada do IPCA até março de 2023, que atingiu 2,09%. Já no período acumulado até março de 2024, a despesa decorreu do aumento do dólar em 3,20%, aliado à variação do IPCA, que, acumulada até março de 2024, fechou em 1,42%;
- (c) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de março de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 3,20%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 4,99 em 31 março 2024. No período findo de 31 de março de 2023 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 2,63%, saindo de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 5,08 em 31 março 2023; e
- (d) O valor líquido de AVP de R\$ 4.104, do período findo em 31 de março de 2024, refere-se ao contas a receber R\$ 1.505 e empréstimos de R\$ 5.609 conforme notas explicativas nº 6 e 14, respectivamente.

24 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

O saldo de benefício pós-emprego está constituído conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2024	31/12/2023
Ativo		
Plano Equatorial CD	223	214
Total ativo não circulante	223	214
Passivo		
Planos de Saúde	4.165	4.093
Total passivo não circulante	4.165	4.093

As características dos planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, e não houve alterações de critérios adotados no período.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

25 Instrumentos financeiros

25.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.4 – *Covenants* das debêntures.

25.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

25.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 31 de março de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão identificados conforme a seguir:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

			31/03/2024		31/12/2023	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros				
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	19.709	19.709	24.256	24.256
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	146.541	146.541	151.299	151.299
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	604.740	604.740	600.697	600.697
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	938.077	938.077	974.012	974.012
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	196.426	26.545	185.995	185.995
Total do ativo			1.905.493	1.735.612	1.936.259	1.936.259

			31/03/2024		31/12/2023	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros				
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	348.824	348.824	412.315	412.315
Fornecedores - risco sacado	-	Custo amortizado	43.981	43.981	52.639	52.639
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	3.089.123	3.635.282	3.042.382	3.597.832
Debêntures	-	Custo amortizado	415.148	405.400	403.200	392.816
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	2.400	2.398	2.547	2.547
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	78.508	78.508	92.884	92.884
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	86.806	86.806	79.705	79.705
AICs ressarcíveis	2	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.443	10.443	10.502	10.502
Total do passivo			4.075.233	4.611.642	4.096.174	4.641.240

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais (custo amortizado). Para equivalentes de caixa, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores - risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swap*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; e
- **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Companhia provisionou o montante de R\$ 10.443 (R\$ 10.502 em 31 de dezembro de 2023). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobrás.

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, que podem ser assim resumidos:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

					Valor contábil			
					31/03/2024		31/12/2023	
							31/03/2024	
							31/03/2023	
Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
Contrato de <i>swap hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.038.300	-	(78.508)	-	(92.884)	(1.679)	(6.282)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

25.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

26 Demonstração dos fluxos de caixa

26.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	7.843
Transferências entre ativo contratual e intangível	66.982
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	6.072
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	11.737
Total de atividades de investimento	92.634
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (a)	3.025
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa (b)	1.679
Total de atividades de financiamento	4.704
Total	97.338

(a) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e

(b) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

26.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2023	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Mudança no valor justo	Outros (**)	31/03/2024
Empréstimos e financiamentos	3.042.382	(23.601)	(36.642)	5.609	101.375	3.089.123
Debêntures	403.200	-	-	-	11.948	415.148
Passivos de arrendamento	2.547	(147)	(69)	-	69	2.400
Instrumentos financeiros derivativos	92.884	-	(2.284)	1.679	(13.771)	78.508
Dividendos a pagar	55.531	(22)	-	-	-	55.509
Totais	3.596.544	(23.770)	(38.995)	7.288	99.621	3.640.688

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

27 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada (em R\$)	2024 a 2035	814.964	984.911	1.049.344	12.567.900
Energia contratada (em MhW)	2024 a 2035	3.561.307	4.450.969	4.508.502	45.489.442

(*) estimado 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	2024 a 2027	131	494	490	1.285

28 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos

Em 26 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 117.806, oriundos do lucro líquido do exercício.

Aumento de capital social

Em 26 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, houve aprovação de aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 71.731, mediante a integralização da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 62.098 e da Reserva Legal no valor de R\$ 9.634, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Medida Provisória (MP) nº 1.212/2024

A MP nº 1.212/2024, de 10 de abril de 2024, prevê a quitação da Conta Covid e da Conta Escassez a partir da antecipação de recursos provenientes da privatização da Eletrobrás, com o propósito de promover a modicidade tarifária aos consumidores do Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A MP também permite a extensão do direito a desconto na TUSD/TUST para usinas que solicitaram outorga até 2022, mediante a apresentação de garantia financeira de fiel cumprimento. O texto vigora com força da lei com prazo de 60 dias, e poderá ser rejeitado ou aprovado pelo Congresso Nacional. O Grupo aguarda a regulamentação da referida MP para poder estimar os impactos tarifários.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Adjar Vieira Barbosa

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho
Diretor Presidente

Lener Silva Jayme
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Armando de Souza Nascimento
Diretor

Joe Louis Tavares Morra
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador

CRC PE 012996-O-3 S-PI